

**RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 104.250 - PA (2018/0271895-0)**

**RELATORA** : MINISTRA LAURITA VAZ  
**RECORRENTE** : DANIEL DA SILVA DE SOUSA (PRESO)  
**ADVOGADO** : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARÁ  
**RECORRIDO** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

**EMENTA**

RECURSO ORDINÁRIO *HABEAS CORPUS*. PROCESSO PENAL. PRISÃO PREVENTIVA. ROUBO MAJORADO. GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. COMPARSARIA COM INIMPUTÁVEL POR IDADE. DISSIMULAÇÃO PARA APROXIMAÇÃO DA VÍTIMA. ABORDAGEM EM COMÉRCIO. FUGA EM MOTOCICLETA. FUNDAMENTAÇÃO CONCRETA. MEDIDAS CAUTELARES DIVERSAS DA PRISÃO. IMPOSSIBILIDADE. RECURSO DESPROVIDO.

1. Não há ilegalidade na custódia cautelar devidamente fundamentada na periculosidade do agente para a ordem pública, em face do *modus operandi* e da gravidade em concreto da conduta. Precedentes do STF e do STJ.

2. Em tese, o Recorrente agiu em comparsaria com inimputável (menor de 18 anos), demonstrando método e organização, inclusive com uso de motocicleta para fuga, valendo-se de dissimulação para aproximação da vítima, abordada em estabelecimento comercial e subjugada pela ameaça exercida com emprego de faca. Desse modo, em juízo de cautelaridade, as circunstâncias demonstram o perigo da conduta para a ordem pública, em face do *modus operandi* e da gravidade concreta.

3. A presença de condições pessoais favoráveis do agente, como primariedade, domicílio certo e emprego lícito, não representa óbice, por si só, à decretação da prisão preventiva, quando identificados os requisitos legais da cautela. Precedentes do STJ.

4. Havendo fundamentos concretos para justificar a custódia cautelar, por consequência lógica, torna-se incabível sua substituição por medidas cautelares alternativas à prisão, por serem insuficientes. Precedentes do STJ.

5. Não há ofensa ao princípio da presunção de inocência quando a prisão preventiva é decretada com fundamento em indícios concretos de autoria e materialidade delitivas extraídos do auto de prisão em flagrante.

6. Recurso ordinário desprovido.

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Ministros da Sexta Turma do Superior Tribunal de Justiça, na conformidade dos votos e das notas taquigráficas a seguir, por unanimidade, negar provimento ao recurso ordinário, nos termos do voto da Sra. Ministra Relatora. Os Srs. Ministros Sebastião Reis Júnior, Rogerio Schietti Cruz, Nefi Cordeiro e Antonio Saldanha Palheiro votaram com a Sra. Ministra Relatora.

# *Superior Tribunal de Justiça*

## **DIÁRIO DA JUSTIÇA ELETRÔNICO**

Edição nº 2612 - Brasília, Disponibilização: Sexta-feira, 15 de Fevereiro de 2019 Publicação: Segunda-feira, 18 de Fevereiro de 2019

Brasília (DF), 05 de fevereiro de 2019 (Data do Julgamento)

MINISTRA LAURITA VAZ  
Relatora

